



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

REQUERIMENTO Nº 385 /2023

Senhores Vereadores,

Requeiro à Mesa, observadas as exigências regimentais de praxe, após ouvido o douto Plenário para que seja oficiado **ao Senhor Prefeito Municipal, com cópia ao Lar Feliz, à ADESOL - Associação de Desenvolvimento Social e Associação de Pais e a APAEJ - Amigos dos Excepcionais de Jaguariúna**, solicitando, através da Secretaria e departamento competente **informações sobre o cumprimento da Lei 2. 829 de 2022 e Lei 2.830 de 2022.**

A Lei 2.829 de 2022, dispõe sobre “Autoriza o Poder Executivo a conceder repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaguariúna à ADESOL - Associação de Desenvolvimento Social e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguariúna - APAEJ, para execução de projetos aprovados, e dá outras providências”;

Já a Lei 2.830 de 2022, dispõe sobre “Autoriza o Poder Executivo a conceder repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaguariúna ao Projeto Lar Feliz e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguariúna - APAEJ, para execução de projetos aprovados, e dá outras providências.”

As Leis acima citadas, possuem em seu texto, ambos no Art. 2º, §2º, **a obrigação de prestação de contas à Câmara Municipal dos valores recebidos, a cada 3 (três) meses, para acompanhamento e fiscalização da aplicação de recursos. Porém, o disposto no artigo não vem sendo cumprido. Sendo assim:**

1. As instituições ADESOL - Associação de Desenvolvimento Social e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguariúna - APAEJ, já receberam o recurso previsto pela **Lei 2. 829 de 2022 e Lei 2.830 de 2022?**

2. Se positivo, é de conhecimento que a prestação de contas, segundo o **art. 2º, §2º da Lei 2.829/2022**, dos valores recebidos, para acompanhamento e fiscalização, não estão sendo repassados para a Câmara Municipal de Jaguariúna?

3. Se positivo, qual o motivo do não cumprimento do dispositivo?

4. Se negativo, qual a razão?

5. As instituições Projeto Lar Feliz e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguariúna - APAEJ, já receberam o recurso previsto na **Lei 2.830 de 2022?**

6. Se positivo, é de conhecimento que a prestação de contas, segundo o **art. 2º, §2º da Lei 2.830/2022**, dos valores recebidos, para acompanhamento e fiscalização, não estão sendo repassados para a Câmara Municipal de Jaguariúna?

7. Se positivo, qual o motivo do não cumprimento do dispositivo?

8. Se negativo, qual a razão?



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

9. Solicito que sejam enviados à Câmara Municipal os documentos elencados nas referidas Leis, referente à prestação de contas, para acompanhamento e fiscalização, sendo a Lei **2.829/2022** e Lei **2.830/2022**, ambas em seu art. 2º, §2º, desde o sancionamento da mesma, até o presente momento.

JUSTIFICATIVA

É sabido que as Leis acima mencionadas são de grande conquista para o município e para a população, uma vez que visam a conceder repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaguariúna, para fins de parceria com as Organizações da Sociedade Civil - OSC's, por meio de Termo de Fomento, em consonância com a Lei Federal nº 13.019/2014.

Ocorre que gabinete tem se questionado o motivo pelo qual a Câmara Municipal de Jaguariúna não tem recebido a prestação de contas dos valores recebidos, a cada 3 (três) meses, para acompanhamento e fiscalização da aplicação de recursos, nos moldes estabelecidos no artigo 55, do Decreto Municipal nº 3.560/2017, conforme o que se encontra estabelecido perante as duas Leis.

Vejamos o que diz o artigo 55, do Decreto Municipal nº 3.560/2017, mais precisamente em seus incisos e parágrafos 1º e 2º .

“Art. 55. Para fins de prestação de contas anual e final, a organização da sociedade civil deverá apresentar relatório de execução do objetivo, que conterá:

I - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

II - a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros meios; e;

IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver.

§1º O relatório de que trata o caput deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

I - dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

II - do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outro; e

III - da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

*§2º A informações de que trata o §1º serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do caput do art. 25.
[...]"*

Considerando o inciso IV do Art. 20 da Lei Orgânica Municipal, compete ao vereador através de suas prerrogativas atender ao interesse público, fiscalizando o bom uso do dinheiro público, propondo leis para garantir o bem estar social e o funcionamento eficiente da gestão pública municipal.

Sendo assim, justifico este requerimento de informações.

Câmara de Vereadores do Município de Jaguariúna, 09 de outubro de 2023.

a. **VEREADOR ERIVELTON MARCOS PROÊNCIO**

Cópia conforme o original apresentado nesta Edilidade, em Sessão Ordinária realizada em 10 de outubro de 2023.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 11 de outubro de 2023.

VEREADOR ROMILSON SILVA
Presidente